

# **Gastos Públicos: cortar para crescer**

## ***Um novo arranjo para romper o imobilismo***

### **Resumo Executivo**

A evolução das contas e indicadores fiscais dos governo federal tem se tornado cada vez mais fonte de preocupação.

O Brasil possui uma carga tributária das mais elevadas do mundo e em vigoroso crescimento desde 1995. Determinada carga tributária não pode ser considerada alta ou baixa sem se analisar o que ela promove para o bem estar da sociedade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil é baixo, ou seja, a população brasileira possui IDH similar ao de economias atrasadas, mas paga imposto tal como uma economia avançada.

No período 1995/2004, o Brasil experimentou crescente elevação da carga tributária e das despesas como proporção do PIB. Por sua vez, a relação Dívida Líquida do Setor Público / PIB observou crescimento em quase todo o período analisado, consequência direta dos elevados déficits operacionais provocados pelo pagamento de juros da dívida pública. A dívida como proporção do PIB passou de 30,5%, em 1995, para 51,8%, em 2004.

Com base nas variáveis fiscais, montou-se dois cenários para simulação:

- a) Projeção do Passado Recente do Brasil para 2015
- b) Proposta de Redução de Despesas feita pela FIESP

### **a) Projeção do Passado Recente do Brasil para 2015**

Por hipótese considerou-se que as despesas continuarão crescendo à mesma taxa que cresceram de 1999 a 2004, ou seja à taxa de 4,1 %ao ano. Por outro lado, considerou-se que as receitas permanecerão constante como proporção do PIB por considerarmos que a carga tributária atingiu o limite máximo que a sociedade consegue suportar.

Uma vez que as receitas crescem à mesma taxa do PIB, a carga tributária não se altera. O superávit primário (diferença entre receita e despesa, excluindo o pagamento de juros) do governo federal declina dos atuais R\$ 52,3 bilhões para R\$ 40,7 bilhões, resultado explicado pelo elevado crescimento das despesas (4,1% ao ano). Dado que o governo não gera superávit operacional (diferença positiva entre receita e despesa, incluindo o pagamento de juros), o montante da dívida pública permanece crescendo.

Até 2015, a relação Dívida / PIB apresenta queda de 7 pontos percentuais, o que permite que os empréstimos do sistema financeiro ao setor privado se elevem em igual percentual. Por consequência, se verifica ligeiro aumento dos investimentos privados de 16,8% do PIB, em 2005, para 17,4%, em 2015. O aumento da taxa de investimento provoca a pequena elevação da taxa de crescimento econômico.

O reduzido declínio da relação Dívida / PIB não permite redução da taxa básica de juros reais para um patamar inferior à 10% ao ano. A elevada taxa de juros acaba sendo um fator adicional para a manutenção do déficit operacional em níveis bastantes elevados e deixa a taxa de câmbio valorizada, não incentivando o aumento das exportações.

A trajetória dos indicadores fiscais permite concluir que o governo federal não obterá significativa redução da Dívida / PIB, a carga tributária permanecerá elevada e as despesas passarão de 17,3%, em 2005, para 19,3%, em 2015.

Além disso, pode-se também constatar que os investimentos públicos do governo federal permanecerão em níveis bastante reduzidos (0,6% do PIB), o que implica em crescimento econômico menor do que o possível no caso do governo aumentar sua capacidade de investimento.

### **b) Proposta de Redução de Despesas feita pela FIESP**

Dado ao péssimo desempenho da economia no caso de mantermos o cenário atual, torna-se necessário a proposta de mudanças. A exemplo da experiência dos EUA e Finlândia nos anos 90, a FIESP propõe um profundo ajuste nas contas do governo para que este seja capaz de fazer mais com menos recursos.

**A proposta da FIESP de maior rigor no controle das contas do governo federal é constituída de três pontos:**

- **Redução do total da despesa real em 2% ao ano durante seis anos consecutivos (2006 a 2011) seguida da manutenção do total da despesa real por quatro anos (2012 a 2015).**
- **Limite de crescimento para o total da receita real de 50% da taxa prevista de crescimento econômico, limitada a 2,75% ao ano.**
- **Uma vez atingido superávit operacional real positivo, lembrando que esse é o resultado positivo da diferença entre receita e despesa levando-se em conta o pagamento de juros reais, destina-se 90% desse superávit para investimento no ano seguinte.**

A taxa de crescimento do PIB passa de 3,5%, em 2005, para 6,8%, em 2015 (taxa média anual de 5,7%). Isso é explicado pelo aumento dos investimentos públicos e privados: o primeiro atinge 5,0% do PIB, em 2015, enquanto que o segundo chega a 19,2%.

O resultado fiscal é o declínio da carga tributária federal de 23,95%, em 2005, para 17,8%, em 2015. No mesmo período as despesas como proporção do PIB passarão de 17,3% para 8,8%. Se considerarmos que os governos estaduais e municipais também reduzam a carga tributária à mesma proporção, então chegaremos em 2015 com carga tributária total de 26,4% do PIB, ante aos quase 36% atuais.

A queda da relação Dívida / PIB possibilita a redução da taxa básica de juros, o que por sua vez favorece a redução do montante de juros pagos (com impacto positivo no superávit operacional). Além disso, haverá melhores condições para o governo alongar o prazo da dívida e, reduzir as restrições na sua rolagem em momentos de eventuais crises. Outro efeito a se considerar é a reversão da forte valorização cambial causada pelo forte ingresso de capital financeiro e, por consequência, o estabelecimento de taxas de câmbio mais favoráveis e a expansão das exportações.

A relação Dívida / PIB sai do patamar de 51,8% para 25,7% em 2015. Vale destacar que essa redução é possível mesmo direcionando 90% do superávit operacional para os investimentos pois o acentuado crescimento econômico a ser observado passa a exercer um efeito considerável na queda da relação Dívida / PIB.

O esforço fiscal do governo no sentido de cortar gastos e conter o avanço da receita é recompensado pelo avanço dos investimentos e maior taxa de crescimento econômico. Tudo isso ocorre ao mesmo tempo em que os indicadores fiscais do governo melhoram de forma significativa. Segue abaixo a tabela com a comparação dos principais resultados das duas projeções.

**Resultados Alcançados em 2010 e 2015: padrão dos gastos (1999/2004) com permanência da carga tributária e Proposta da FIESP**

	Situação Presente	Reprodução dos gastos (1999/2004) e permanência da carga tributária		Proposta da FIESP	
	2004	2010	2015	2010	2015
<i>Em R\$ Milhões</i>					
Dívida Líquida Total do Setor Público	R\$ 916.447	R\$ 1.007.475	R\$ 1.094.057	R\$ 894.957	R\$ 823.499
Dívida do Setor Público / PIB	51,8%	47,3%	44,1%	38,3%	25,7%
Empréstimos ao Setor Privado	R\$ 465.803	R\$ 656.722	R\$ 846.157	R\$ 1.022.982	R\$ 1.964.334
Empréstimos ao Setor Privado / PIB	26,3%	30,8%	34,1%	43,8%	61,4%
Investimento do Setor Privado	R\$ 297.191	R\$ 368.930	R\$ 432.710	R\$ 430.690	R\$ 614.187
Investimento do Setor Privado / PIB	16,8%	17,3%	17,4%	18,4%	19,2%
Investimento Público Federal	R\$ 10.558	R\$ 12.780	R\$ 14.900	R\$ 81.754	R\$ 159.565
Investimento Público Federal / PIB	0,60%	0,60%	0,60%	3,50%	4,99%
Carga Tributária	23,95%	23,95%	23,95%	21,37%	17,88%
Despesa Total / PIB	17,34%	18,37%	19,30%	12,35%	8,84%
PIB	R\$ 1.769.202	R\$ 2.130.080	R\$ 2.483.366	R\$ 2.337.640	R\$ 3.199.634
PIB per capita	R\$ 9.743	R\$ 10.822	R\$ 11.912	R\$ 11.876	R\$ 15.348
Taxa Média de Crescimento Econômico (2005 a 2015)	3,69%	1,80%	3,09%	4,45%	5,74%



Dados de 2004: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria (FIESP).